

Figueira Investimentos Ltda.

Demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório
do Auditor Independente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

Figueira Investimentos Ltda.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre às Demonstrações Financeiras	2
Demonstrações Financeiras	5
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras	10

Relatório do Auditor Independente sobre às demonstrações financeiras

Aos
Sócios Quotistas Controladores e Administradores
Figueira Investimentos Ltda.
Niterói- RJ

1. Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Figueira Investimentos Ltda. (“Empresa”)** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados do exercício e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Figueira Investimentos Ltda. em 31 de Dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

3. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

4. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de Março de 2026.



Luiz Claudio Fontes
Contador CRC 1RJ-032.470/O-9

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7 "S" RJ

**RSM**

Balanços Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

Ativo

Ativo

Circulante

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.385	2.721
Imóveis a comercializar	4	4.394	4.409
Demais ativos	-	18	18
Total do Ativo Circulante		15.797	7.148

Não Circulante

Investimento SPTA Holding Transporte Aquaviário	5	73	70
Propriedade para investimento	6	47.189	49.110
Imobilizado	7	121	178
Total do Ativo Não Circulante		47.383	49.358

Total do Ativo		63.180	56.506
-----------------------	--	---------------	---------------

Passivo e Patrimônio Líquido

Passivo

Circulante

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores terceiros nacionais	-	78	72
Salários, encargos e obrigações sociais	8	147	137
Impostos a recolher, exceto IRPJ e CSLL	9	256	224
Impostos a pagar-IRPJ e CSLL	10	2.039	1.481
Outras contas a pagar	11	682	422
Total do Passivo Circulante		3.202	2.336

Não Circulante

Contas a pagar a partes relacionadas	12	485	485
Outras contas a pagar	11	25	25
Total do Passivo Não Circulante		510	510
Total do Passivo		3.712	2.846

Patrimônio Líquido

Capital social subscrito e integralizado	14	38.129	38.129
Reserva de lucros por retenção de lucros		21.339	15.531
Total do Patrimônio Líquido		59.468	53.660

Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		63.180	56.506
---	--	---------------	---------------

As Notas Explicativas São Partes Integrantes das Demonstrações Financeiras.

Figueira Investimentos Ltda.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outra Forma)

	Notas	Exercícios Findos Em	
		31/12/2025	31/12/2024
Receita Operacional Líquida	15	69.345	72.210
Custos dos Imóveis Vendidos (Custos de Depreciação)	-	(1.957)	(3.897)
Lucro Bruto		67.388	68.313
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(5.108)	(5.116)
Ganho de equivalência patrimonial na SPTA Holding Transporte Aquaviário	5	6	-
Total das Receitas (Despesas) Operacionais		(5.102)	(5.116)
Lucro Operacional, Exceto Resultado Financeiro		62.286	63.197
Resultado Financeiro Líquido	17	338	387
Lucros antes dos Impostos-IRPJ e CSLL		62.624	63.584
Despesas de Impostos Correntes-IRPJ e CSLL	11	(7.854)	(7.217)
Lucro Líquido do Exercício		54.770	56.367
Número Cotas do Capital Social Subscrito e Integralizado Ponderado		30.881.731	30.881.731
Lucro por Quota-Básico e Diluído- Expresso em Reais com Centavos (R\$)		1,77	1,83

As Notas Explicativas São Partes Integrantes das Demonstrações Financeiras.

Figueira Investimentos Ltda.
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	54.770	56.367
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total dos Resultados Abrangentes	54.770	56.367

As Notas Explicativas São Partes Integrantes das Demonstrações Financeiras.

Figueira Investimentos Ltda.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	Capital Social Subscrito e Integralizado	Lucros Acumulados	Reserva de Lucros por Retenção de Lucros	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	38.129	-	20.986	59.115
Lucro líquido do exercício	-	56.367	-	56.367
Dividendos distribuídos e pagos	-	(61.822)	-	(61.822)
Transferência parcial de reserva de lucros para lucros acumulados	-	5.455	(5.455)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	38.129	-	15.531	53.660
Lucro líquido do exercício	-	54.770	-	54.770
Dividendos distribuídos e pagos	-	(48.962)	-	(48.962)
Transferência de lucros acumulados para reserva de lucros	-	(5.808)	5.808	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	38.129	-	21.339	59.468

As Notas Explicativas São Partes Integrantes das Demonstrações Financeiras.

FIGUEIRA INVESTIMENTOS LTDA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

Figueira Investimentos Ltda.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	54.770	56.367
Ajustes ao Resultado do Exercício, por Não Impactar Entradas e Saídas de Caixa e Equivalentes de Caixa:		
Despesas de impostos correntes- IRPJ e CSLL	7.854	7.217
Despesas de amortização e de depreciação sobre propriedades para investimento e imobilizado	2.016	1.926
(Ganho) de equivalência patrimonial SPTA Holding Transporte Aquaviário	(6)	(3)
Lucro do Exercício Ajustado	64.634	65.507
Redução dos Ativos Operacionais		
Imóveis a comercializar	15	1.226
Demais ativos	18	832
Total da Redução dos Ativos Operacionais	33	2.058
Aumento (Redução) dos Passivos Operacionais		
Fornecedores terceiros nacionais	6	8
Salários, encargos e obrigações sociais	10	5
Impostos a recolher, exceto IRPJ e CSLL	32	(25)
Contas a pagar a partes relacionadas	-	485
Outras contas a pagar	245	230
Total do Aumento (Redução) do Passivos Operacionais	293	703
Pagamentos dos Impostos Correntes-IRPJ e CSLL	(7.296)	(7.636)
Total do Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	57.664	60.632
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisições de propriedade para investimento (imóveis e terrenos)	(38)	-
Total do Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(38)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Pagamentos de dividendos	(48.962)	(61.822)
Total do Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(48.962)	(61.822)
Total do Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	8.664	(1.190)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Saldo do Início do Exercício	2.721	3.911
Saldo do Final do Exercício	11.385	2.721
Total do Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa	8.664	(1.190)

As Notas Explicativas São Partes Integrantes das Demonstrações Financeiras.

Figueira Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

1. Contexto Operacional

A Empresa foi constituída em 30 de Dezembro de 1993 e tem como objetivo a participação em outras Sociedades, por qualquer forma que seja, em ações de qualquer tipo ou classe ou quotas, representativas do Capital Social, ou nos resultados de empreendimentos, sob a forma de partes beneficiárias, quotas de participação ou debêntures, estranhos ao Capital Social, ou de investimentos de qualquer natureza. Exercendo também de forma preponderante as atividades de administração e locação de bens próprios e ainda as de compra e venda de imóveis próprios sem intermediação.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

2.1. Base de Apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas pela diretoria em 13 de Março de 2025.

2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

2.3. Propriedades para Investimento (Imóveis e Terrenos)

Os imóveis da Empresa são advindos de incorporações e aquisições ocorrida desde a sua constituição e foram registrados e são avaliados ao custo de aquisição. Ainda, a Empresa verificou que tais imóveis se fossem contabilizados ao seu valor justo ao invés do custo, eles teriam apresentado um valor adicional e não uma perda por impairment a ser contabilizado em 31 de Dezembro de 2025 e 2024.

2.4. Impostos

Durante os exercícios de 2025 e 2024 a Empresa calculou o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro com base no método do lucro presumido. Nesta metodologia, a base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social é determinada mediante ao percentual pré-determinado por Lei, no qual sobre receitas de atividades de venda de imóveis e de prestação de serviços de locação de imóveis aplica-se a alíquota de 12% e 32% para CSLL e de IRPJ de 8% e 32%, respectivamente.

FIGUEIRA INVESTIMENTOS LTDA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

A base de cálculo assim determinada adicionadas às receitas financeiras obtém-se a base tributável presumida, que sobre a qual incide a alíquota e alíquota de 9% para a Contribuição Social sobre o lucro líquido (CSLL) e de 15% de Imposto de Renda (IRPJ), acrescida de 10% de adicional de IRPJ sobre a base de cálculo superior a R\$60.000 por trimestre calendário.

Os impostos (IRPJ e CSLL) correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos como tal, respectivamente.

2.5. Outros Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.6. Provisões Passivas

Geral-Provisões são reconhecidas, se aplicável, quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos Contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos Contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Figueira Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

Obrigações Legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Empresa questiona a constitucionalidade dos tributos.

2.7. Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívidas e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48/IFRS9– Instrumentos Financeiros, adotado pela Empresa a partir de 1 de janeiro de 2018.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

Custo Amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;

Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quando pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto:

Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Empresa gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Mensuração dos Passivos Financeiros Não Derivativos:

Valor justo por Meio do Resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023**

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Empresa para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Empresa classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge accounting, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado. A Empresa, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, não tinha derivativos e consequentemente hedge accounting.

2.8. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 641/2010, que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados.

2.9. Lucro por Quota (Básico e Diluído)

O Lucro por Quota (Básico e Diluído) da Empresa, foi calculado com base na quantidade de quotas do capital social subscrito e integralizado mantidas nos exercícios sociais findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024. Destacamos que inexistiu nas citadas datas fator dilutivo desse capital social, sendo assim, o valor do lucro por Quota, básico e diluído são iguais naquelas datas, conforme apresentados nas demonstrações dos resultados.

Figueira Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

2.10. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e que possuem maior complexidade, bem como as áreas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6- Mensuração da propriedade para investimento (Imóveis e terrenos a comercializar);
- Nota Explicativa nº 13- Provisão para contingências; e
- Nota Explicativa nº 18- Valor justo dos ativos financeiros.

2.11. Adoção das CPCs/IFRSs Novas e Revisadas

CPCs/IFRSs Novas e Alteradas em Vigor no Exercício Corrente

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- **Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - "Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis", adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Empresa não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

FIGUEIRA INVESTIMENTOS LTDA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

CPCs/IFRSs Novas e Revisadas Já Emitidas, Porém Ainda Não Adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7-Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.
São as seguintes alterações:
 - a. esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
 - b. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
 - c. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
 - d. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Empresa não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

Figueira Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

As alterações trazem: a. orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*, b. condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e c. divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Empresa está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- **IFRS 18-Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Empresa. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:
 - - a. Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Empresa, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
 - b. Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Empresa desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

c. A Empresa não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: i. medidas de desempenho definidas pela administração; ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- **Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards)**
- Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro;

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7;

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; e

IFRS 10-Demonstrações Consolidadas; e IAS 7-DFC.

Figueira Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Empresa não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- **Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: a. Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou b. Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao *feedback* de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Empresa não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- **Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras":** Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) às quais estão relacionados.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras a Empresa.

Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

FIGUEIRA INVESTIMENTOS LTDA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição do Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	3	3
Bancos conta movimento	1	1
Aplicações financeiras lastreadas em CDBs e CDIs	11.381	2.717
Total do Caixa e Equivalentes de Caixa	11.385	2.721

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Estoques de Imóveis a Comercializar

Composição dos Estoques de Imóveis a Comercializar

	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos a comercializar	3.992	4.007
Edifícios	402	402
Total dos Estoques de Imóveis a Comercializar	4.394	4.409

5. Investimento na Empresa na SPTA Holding em Transporte Aquaviário Ltda.

a. Demonstração da Equivalência Patrimonial na Investida SPTA

Patrimônio Líquido da Investida SPTA

	31/12/2025	31/12/2024
Capital social subscrito e integralizado	131	131
Lucros acumulados	14	9
Total do Patrimônio Líquido da SPTA	145	140

Percentagem de Participação da Empresa na SPTA

	50%	50%
Total do Investimento da Empresa na SPTA	73	70

b. Movimentação do Investimento da Empresa na SPTA

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023	67	67
Ganho de equivalência patrimonial na SPTA	6	3
Saldos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024	73	70

Figueira Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023
(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

6. Propriedades para Investimento (Imóveis e Terrenos)

Composição da Propriedade para Investimento (Imóveis e Terrenos)

	(%)Taxa de Depreciação		
	Anual	31/12/2025	31/12/2024
Imóveis	4% a.a	26.378	28.335
Terrenos	-	20.811	20.775
Total da Propriedade para Investimento (Imóveis e Terrenos)		47.189	49.110

Movimentação da Propriedade para Investimento (Imóveis e Terrenos)

	31/12/2024	Adições	Amortização	31/12/2025
Propriedade para investimento (imóveis e terrenos)	49.110	-	(1.921)	47.189
Total das Propriedade para Investimento (Imóveis e Terrenos)	49.110	-	(1.921)	47.189

	31/12/2023	Adições	Amortização	31/12/2024
Propriedade para investimento (imóveis e terrenos)	50.972	94	(1.956)	49.110
Total das Propriedade para Investimento (Imóveis e Terrenos)	50.972	94	(1.956)	49.110

7. Imobilizado

Composição do Imobilizado

	(%) Taxa de Depreciação		
	Anual	31/12/2025	31/12/2024
Móveis e utensílios	10%	120	178
Total do Imobilizado		120	178

Movimentação do Imobilizado

	31/12/2024	Adições	Depreciação	31/12/2025
Móveis e utensílios	178	2	(60)	120
Total do Imobilizado	178	2	(60)	120

	31/12/2023	Adições	Depreciação	31/12/2024
Móveis e utensílios	178	-	-	178
Total do Imobilizado	178	-	-	178

FIGUEIRA INVESTIMENTOS LTDA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

8. Salários, Encargos e Obrigações Sociais

Composição dos Salários, Encargos e Obrigações Sociais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Férias e respectivos encargos sociais a pagar	123	115
Salários a pagar	23	21
Outros custos com pessoal	1	1
Total dos Salários, Encargos e Obrigações Sociais	<u>147</u>	<u>137</u>

9. Impostos a Recolher, Exceto IRPJ e CSLL

Composição dos Impostos a Recolher, Exceto IRPJ e CSLL

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS e COFINS	228	166
Outros impostos	28	58
Total dos Impostos a Recolher, Exceto IRPJ e CSLL	<u>256</u>	<u>224</u>

10. Despesas de Impostos-IRPJ e CSLL e Impostos a Pagar-IRPJ e CSLL

a. Cômputo das Despesas de Impostos Correntes-IRPJ e CSLL

	<u>Exercícios Findos Em</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Determinando a Base Presumida:		
1. Receita bruta operacional de venda de imóveis	870	13.400
2. Receita bruta operacional de locação de imóveis	71.101	61.545
3. Outras receitas operacionais- Receitas financeiras-bruta	339	388
4. CSLL Receita bruta operacional- venda de imóveis (item 1 *12%)	104	1.608
4. CSLL Receita bruta operacional-locação de imóveis (item 1 *32%)	22.752	19.694
5. IRPJ Receita bruta operacional- venda de imóveis (item 1*8%)	70	1.072
5. IRPJ Receita bruta operacional-locação de imóveis (item 1 *32%)	22.752	19.694
Total do Valor da Base Presumida Tributável:		
CSLL	23.196	21.690
IRPJ	23.161	21.154
Cômputos das (Despesas) de IRPJ e CSLL Correntes:		
CSLL-9% alíquota devida	(2.088)	(1.952)
IRPJ-25% alíquota devida	<u>(5.766)</u>	<u>(5.265)</u>
Total das Despesas de Impostos Correntes-IRPJ e CSLL	<u>(7.854)</u>	<u>(7.217)</u>

Figueira Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

b. Movimentação dos Impostos a Pagar-IRPJ e CSLL

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023	1.481	1.900
Provisionamento de impostos correntes	7.854	7.217
Pagamentos de impostos correntes	(7.296)	(7.636)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024	2.039	1.481

11. Outras Contas a Pagar

Composição das Outras Contas a Pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a pagar	707	447
Total das Outras Contas a Pagar	707	447
Circulante	682	422
Não Circulante	25	25

12. Adiantamentos Recebidos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)

Composição de AFAC

	31/12/2025	31/12/2024
JCA Holding Transportes, Logística e Mobilidade Ltda.	485	485
Total de Adiantamentos recebidos para futuro aumento de capital	485	485

13. Contingências Passivas

Possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária

No dia 08 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. Após a análise da Administração juntamente com seus assessores jurídicos dos processos tributários em que a Empresa é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão.

FIGUEIRA INVESTIMENTOS LTDA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

14. Patrimônio Líquido

Composição do Capital Social Subscrito e Integralizado

	Número de Quotas	31/12/2025/ 31/12/2024
Cosa Participações Ltda.	15.756	19.065
Hatar Participações Ltda.	15.756	19.064
Total do Capital Social Subscrito e Integralizado	31.512	38.129

15. Receita Operacional Líquida

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta		
Receitas de vendas de imóveis	870	13.400
Receitas de locações de imóveis	71.101	61.545
Total da Receita Bruta	71.971	74.945
Deduções das Vendas		
Impostos incidentes sobre receitas de vendas e locações	(2.626)	(2.735)
Total das Deduções das Vendas	(2.626)	(2.735)
Total da Receita Operacional Líquida	69.345	72.210

16. Despesas Gerais e Administrativas

Composição das Despesas Gerais e Administrativas

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos sociais	1.266	1.217
Serviços de terceiros	2.899	3.126
Despesas com manutenção de instalações e outras	400	389
Utilidade e serviços públicos	61	56
Despesas tributárias	141	132
Outras despesas	341	196
Total das Despesas Gerais e Administrativas	5.108	5.116

Figueira Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

17. Resultado Financeiro Líquido

Composição do Resultado Financeiro Líquido

	Exercícios Findos Em	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Financeiras		
Juros passivos e despesas bancárias	(1)	(1)
Total das Despesas Financeiras	(1)	(1)
Receitas Financeiras		
Receitas financeiras de aplicações financeiras	339	386
Descontos auferidos	-	2
Total das Receitas Financeiras	339	388
Total do Resultado Financeiro Líquido	338	387

18. Gerenciamento de Riscos de Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela Empresa estão demonstrados no item (v) Valorização dos Instrumentos Financeiros demonstrados nessa nota explicativa. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Empresa não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A Empresa adota políticas e procedimentos de controle de riscos, conforme descrito a seguir:

(i) Política de Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de Estrutura de Capital ou Risco Financeiro

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

FIGUEIRA INVESTIMENTOS LTDA.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

(iii) Risco de Crédito

A política de vendas da Empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No que diz respeito às negociações financeiras e demais investimentos, a Empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

(iv) Risco de Liquidez

É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

(v) Risco com Taxas de Juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Empresa incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade destas taxas.

(v) Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Composição dos Ativos e Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	11.285	2.721
Total dos Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	11.285	2.721
Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado		
Fornecedores terceiros nacionais	78	72
Adiantamentos recebidos para futuro aumento de capital (AFAC)	485	485
Outras contas a pagar	707	447
Total dos Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	1.270	1.004

Figueira Investimentos Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023

(Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$, Exceto Quando Indicado de Outro Modo)

19. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas para emissão 31 de março de 2025 e são assinadas pelos signatários indicados a seguir:

Carlos Otávio de Souza Antunes

Diretor-Presidente

CPF: 278.214.717-4

Leda Macedo Rodrigues

Contador

CRC-RJ 101823/O-8

CPF: 018.966.717-64